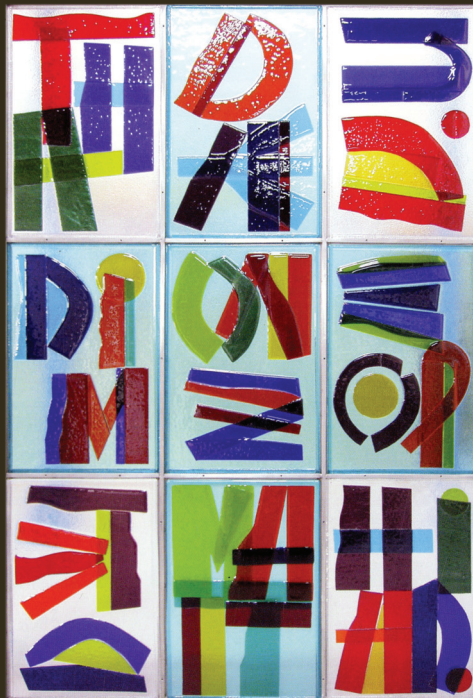


ESTUDOS DE LINGUÍSTICA

VOLUME I

ANA R. LUÍS
COORD.



IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

REFUTAÇÃO E COERÊNCIA PRAGMÁTICA

1. Introdução

Neste trabalho, pretendemos evidenciar a natureza pragmática da ‘refutação’, entendida como a relação discursiva que se estabelece entre um enunciado cuja função é rejeitar um outro e o enunciado que, por sua vez, é alvo de refutação⁸⁷. Este aspeto tem sido objeto de particular atenção nos estudos que se debruçam sobre a negação metalinguística, apontada com um dos meios privilegiados para a realização deste ato discursivo. Um dos argumentos subjacentes à defesa desta posição diz respeito aos aspetos que podem estar na base de uma refutação e, mais precisamente, ao facto de esta não poder ter no seu escopo o conteúdo proposicional do enunciado que é refutado (Horn 1985, 1989, 2002). No entanto, a não validade do que é asserido num determinado enunciado parece, intuitivamente, uma das razões privilegiadas para a sua rejeição. Assim, neste trabalho procuraremos demonstrar que a refutação pode ter efetivamente por base o conteúdo proposicional de um determinado enunciado, mas que tal não é incompatível com a defesa de que esta é, antes de mais, uma relação que se estabelece ao nível pragmático e não ao nível semântico.

⁸⁷ Este trabalho insere-se no meu projeto de doutoramento, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/35809/2007).

2. A relação discursiva ‘refutação’

150 Nos estudos existentes sobre a refutação⁸⁸, esta é entendida, regra geral, como a relação que se estabelece entre um enunciado cuja função é rejeitar um outro e o enunciado que, por sua vez, é rejeitado ou refutado. A refutação será assim, por definição, uma relação de ordem pragmática: o que está em causa é, antes de mais, uma relação entre atos ilocutórios e não uma relação entre conteúdos proposicionais.

Vejam-se as intervenções de B nas sequências seguintes:

(1) A: The king of France is *bald*.

B: The king of France isn't *bald*, (because) there is no king of France.

(Horn, 1989: 362)

(2) A: * Tu é que *dissestes* isso?

B: Não é: *dissestes!* É: *disseste!*

(3) A: Este livro é *super fixe*, professora.

B: Este livro é *muito bom*. “Super fixe” não é uma expressão para utilizar na aula.

Em todos estes exemplos, a intervenção do locutor B tem um por função refutar o enunciado de A: em (1), um exemplo adotado por Horn a partir de um célebre artigo de Russell (1905)⁸⁹, a refutação tem por base a não verificação do conteúdo pressuposicional associado ao sintagma nominal

⁸⁸ Adotamos aqui o termo utilizado em Moeschler (1982). Nos trabalhos de matriz anglo-saxónica, esta relação é geralmente designada de ‘denial’.

⁸⁹ Numa reação à proposta de Frege que, no célebre artigo «On sense and reference» (1970 [1892]), defende que as pressuposições não fazem parte do conteúdo proposicional dos enunciados em que ocorrem, Russell, no igualmente célebre artigo «On denoting» (1905), recorre ao enunciado ‘The present king of France is bald’ (p. 490) para demonstrar que o que Frege designa de conteúdo pressuposicional faz igualmente parte do que é asserido. Assim, segundo Russell, um enunciado como o anterior, na ausência de tal entidade, será necessariamente falso. No entanto, quando o mesmo se apresenta sob uma forma negativa, tal já não acontecerá necessariamente: « (...) the present King of France is not bald” is false if it means “There is an entity which is now King of France and is not bald”, but is true if it means “It is false that there is an entity which is now King of France and is bald”» (p.490). A proposta de Russell esteve na origem da distinção entre os conceitos de negação interna

‘The King of France’, i.e., a pressuposição de que tal entidade existe; em (2), o que está em causa não é o que é dito ou implicado no enunciado alvo de refutação, mas sim a forma como algo é dito – no exemplo em questão, a incorreta flexão do verbo *dizer* na segunda pessoa do singular do Pretérito Perfeito Simples do Indicativo; finalmente, em (3), é também, em sentido lato, o modo como algo é dito que se encontra na base do ato refutativo – no exemplo em causa, a inadequação do termo *super fixe* ao registo de língua que seria adequado à situação enunciativa.

Embora a refutação possa assumir uma forma afirmativa (cf. (3)), um enunciado contendo uma negação metalinguística tem sido apontado como um dos meios privilegiados para a sua realização linguística (cf. (1) e (2)). Este tipo de negação, na terminologia de Ducrot (1972, 1973) / Horn (1985, 1989), caracterizar-se-á justamente por ter no seu escopo um enunciado e não uma proposição, i.e., por não operar ao nível proposicional, mas ao nível metalinguístico.⁹⁰

Dada a sua natureza, este tipo de sequências refutativas ocorrerá prototipicamente em textos dialogais, sendo particularmente frequente em contextos que favoreçam interações de carácter mais polémico, como sejam o Discurso Político ou, ainda que em termos diversos, o Discurso Didático.

2.1. Refutação e valor de verdade

Os trabalhos que se debruçam sobre os aspetos que podem estar na base de uma refutação partem, regra geral, da análise da negação metalinguística proposta em Horn (1989):

e negação externa, que corresponderão, numa formulação mais atual, aos conceitos de negação descritiva e negação metalinguística.

⁹⁰ Por não operar ao nível proposicional, a negação metalinguística tem características que a distinguem da negação descritiva a vários níveis. Para além de poder ter no seu escopo as pressuposições linguísticas (comportamento que esteve justamente na origem da distinção entre os dois tipos de negação – cf. nota anterior, é compatível com termos de polaridade positiva que, por definição, não são aceitáveis em contextos negativos, e nunca assume a forma de uma negação morfológica. Os enunciados em que ocorre este tipo de negação são também marcados, do ponto de vista prosódico, por uma entoação contrastiva.

While two distinct uses of sentential negation must indeed be admitted, the marked, non descriptive variety is not a truth-functional or semantic operator on propositions, but rather an instance of the phenomenon of METALINGUISTIC NEGATION – a device for objecting to a previous utterance on any grounds whatever, including the conventional or conversational implicata it potentially induces, its morphology, its style or register, or its phonetic realization.

(Horn, 1989:363)

Os exemplos seguintes ilustram alguns dos elementos referidos acima:

(4) A: O Pedro *conseguiu* ter positiva no teste.

B: O Pedro não *conseguiu* ter uma positiva no teste! O teste foi tão *fácil* que qualquer um teria positiva!

(5) A: É verdade que tivemos um prejuízo de *alguns* milhões, mas estamos a trabalhar para corrigir essa situação.

B: Não foi um prejuízo de *alguns milhões*, Sr. Ministro. Foi um prejuízo de *muitos milhões*!

(6) A: * Acho que o jornalista *entreviu* no momento certo.

B: O jornalista não *entreviu* – o jornalista *interveio*!

(7) A: Queres *um cimbalino*?

B: Não quero *um cimbalino*. Quero um *café*.

(8) (Esker too ah coo-pay luh vee-and?)

Non, je n'ai pas 'coo-pay luh vee-and' – j'ai coupé la viande. (Horn, 1989: 371)

Em (4), o locutor B refuta o enunciado de A com base na implicatura convencional que dele decorre – neste caso, a implicatura de que terá sido necessário esforço para ter uma boa nota no teste, desencadeada pela utilização da forma verbal *conseguiu*; em (5), a refutação tem por base uma

implicatura conversacional – neste caso, a *Q-implicatura* desencadeada pela utilização do predicado escalar *alguns*⁹¹; em (6), o que está em causa é o modo como algo é dito – no exemplo em questão, a incorreta flexão do verbo *intervir* na terceira pessoa do singular do Pretérito Perfeito Simples do Indicativo; em (7), é também, em sentido lato, o modo como algo é dito que se encontra na base do ato refutativo – no exemplo em causa, a utilização da palavra *cimbalino*, associada a um determinado dialeto da língua portuguesa e considerada menos padronizada do que o termo *café*; finalmente, em (8), o que está em causa, para além da errónea atribuição do género masculino a *viande*, é «the woeful English accent» (Horn 1989: 371) com que a frase em francês é pronunciada.

Tal como é evidenciado por Carston (1996), embora Horn afirme que um enunciado pode ser alvo de refutação ‘on any grounds whatever’, a verdade é que o seu valor de verdade nunca é referido como uma das razões que podem levar à sua refutação. Aliás, tal é claramente assumido por Horn que, num artigo publicado em (2002), afirma que «The target of “classical” MN [metalinguistic negation] is what is not asserted: material that is not part of explicit content and/or not communicated» (p. 79).⁹²

No entanto, não parece razoável afirmar que a falsidade da proposição associada a um determinado enunciado não possa ser uma das razões – porventura, até uma das mais pertinentes – para a sua refutação. Aliás, tal parece acontecer justamente nalguns exemplos apontados por Horn (1989: 437):

- (9) Negation is ambiguous not semantically but pragmatically.
- (10) I saw not Chris but Pat.
- (11) John was born not in Boston, but in Philadelphia.

⁹¹ Na proposta de Levinson (2000) aqui adotada, o termo *Q-implicatura* diz respeito às implicaturas conversacionais generalizadas que resultam da aplicação da primeira submáxima da Quantidade de Grice (1975 [1967]), podendo, *grosso modo*, ser parafraseáveis por *O que não é dito, não se verifica*. Assim, no exemplo em análise, a *Q-implicatura* gerada pela utilização do predicado escalar *alguns (milhões)* seria a de que o prejuízo em questão foi apenas de alguns (milhões) e não mais do que isso (na escala em questão).

⁹² Yoshimura (2002) partilha a posição de Horn, defendendo que, no escopo de uma refutação, estará «what is necessarily accompanied but not communicated unintentionally by the attributed utterance» (p. 129). Esta formulação parece, no entanto, pouco clara.

Esta questão foi utilizada como um dos argumentos para a defesa de que, ao contrário do que propõe Horn (1985, 1989), também no seu uso metalinguístico a negação é um operador vero-condicional (cf., e.o., van der Sandt, 1991; Carston, 1996; Geurts, 1998).

154 No entanto, tendo em conta que os defensores desta posição não negam que no escopo deste tipo negação possam estar aspetos de ordem mais formal, não diretamente relacionados com o que é dito ou implicado no enunciado alvo de refutação, esta posição parece muito difícil de sustentar.⁹³ Tal é evidenciado por Horn (1992) que, a este propósito, afirma:

(...) any such attempt to propositionalize not only upper-bounding implicata but the stylistic, connotative, and mechanical aspects of utterances that fall within the scope of marked negation would seem self-defeating, representing a kind of category mistake: an 'echoic use' is not the sort of beast to which a truth-functional operator applies.⁹⁴

(Horn, 1992: 172)

Concordando com estas observações e com o modo como, em termos gerais, a distinção entre a negação descritiva e a negação metalinguística é equacionada em Horn (1985, 1989), consideramos, no entanto, que a

⁹³ As dificuldades levantadas pela defesa de uma posição deste tipo estão bem patentes no modo como Geurts (1998) analisa um exemplo em que estão em causa questões de ordem fonética:

«Horn, presumably, would object to this [the existence of only one type of negation operator, which is truth-functional] on the grounds that a truth-functional operator could never apply, for example, to phonetic information. But there is really no deep mystery about this. Consider (30):

(30) A: Your wife reminds me of Frankentst[iʷ]n.

B: She doesn't remind you of Frankentst[iʷ]n: she reminds you of Frankentst[áʷ]n.

The propositional content of A's utterance is that B's wife reminds him of Frankenstein, and his pronunciation of the monster's name doesn't enter into this. But by uttering his line in this particular way, A commits himself to the truth of at least one further proposition, to wit that the name is pronounced Frankentst[iʷ]n. Therefore, this proposition is part of the information conveyed by A's utterance, and because B echoes this utterance it lands within the scope of an ordinary truth-functional, negation operator.» (1998: 284-285).

⁹⁴ Carston (1996) defende que a característica principal da negação metalinguística é o facto de os elementos que podem estar no seu escopo serem 'echoically used': «The correct generalization about the metalinguistic cases is that the material in the scope of the negation operator, or some of it at least, is echoically used (...). A representation is used echoically when it reports what someone else has said or thought and expresses an attitude to it.» (1996: 317).

exclusão do conteúdo proposicional do conjunto de elementos que podem levar à refutação de um determinado enunciado é dificilmente defensável. Contudo, e ao contrário do que defendem van der Sandt (1991), Carston (1996) ou Geurts (1998), consideramos que tal não implica que a negação presente em contextos deste tipo possa ser considerada um operador vero-condicional, semelhante ao que ocorre no uso descritivo da negação. De facto, e este parece ser o aspeto essencial, mesmo em contextos deste tipo a negação continuará a ter no seu escopo um enunciado e não uma proposição, tendo por função a refutação de uma determinada asserção e não a descrição de um estado de coisas.

3. Refutação e coerência pragmática

Entre os fatores que concorrem para a construção de uma representação mental (coerente) dos textos/discursos, é hoje consensual que a coerência relacional – propriedade que garante a existência de um nexos (ou interligação consequente) entre os vários segmentos textuais⁹⁵ – desempenha um papel fundamental, daí decorrendo a existência de um grande número de propostas de análise das relações sobre as quais esta se edifica.

Pese embora a multiplicidade de critérios que têm sido convocados na consideração de tais relações, a distinção entre os domínios de significação envolvidos na conexão realizada parece reunir atualmente um largo consenso na comunidade linguística (cf. Sanders 1997). De facto, haverá relações que operam no plano ideacional da significação, relacionando as situações ou estados de coisas do mundo sociofísico para o qual remete o conteúdo proposicional dos segmentos textuais conectados⁹⁶ e contribuindo, assim,

⁹⁵ Na literatura especializada, tais nexos são correntemente designados de conexões/relações discursivas, relações retóricas ou relações de coerência.

⁹⁶ Um exemplo paradigmático deste tipo de conexões será a relação de *causa*:

(i) O Rui faltou às aulas porque está doente.

Neste exemplo, adotado de Lopes (2009: 3), a conexão explicitada por *porque* envolve justamente uma relação causal entre duas situações do mundo sociofísico, sendo parafraseável por *O facto de o Rui estar doente é a causa do facto de ele ter faltado às aulas*. Esta relação tem também sido designada de *causal de re*.

para a coerência (mais estritamente) semântica das sequências em que ocorrem. Por outro lado, haverá conexões que operam no plano interpessoal da significação, envolvendo o valor ilocutório dos segmentos conectados⁹⁷ e contribuindo, assim, para a coerência (mais estritamente) pragmática das sequências em que ocorrem.⁹⁸

Como é evidenciado pela própria definição da refutação, esta será uma relação discursiva que envolverá, antes de mais, o plano interpessoal da significação: na conexão que se estabelece entre o enunciado refutativo e o enunciado alvo de refutação, o que está em causa é uma relação entre atos ilocutórios e não uma relação entre conteúdos proposicionais.

Este aspeto torna-se particularmente evidente se tivermos em conta que, na base de uma refutação, podem estar elementos que nada têm a ver com o que é asserido no enunciado que é rejeitado. No entanto, e mesmo nos casos em que a refutação tem por base o valor de verdade de tal enunciado, a conexão relevante continua a estabelecer-se no plano ilocutório e não no plano semântico. Aliás, se assim não fosse, uma sequência como a seguinte seria necessariamente contraditória (e, por conseguinte, incoerente), o que na realidade não se verifica:

(12) A: O Pedro é o presidente da empresa.

B: O Pedro não é o presidente da empresa! (O presidente é o João.)

⁹⁷ Um exemplo paradigmático deste tipo de conexões será, por sua vez, a relação de *justificação*:

(i) Está gente em casa, porque as luzes estão acesas.

Neste exemplo, igualmente adotado de Lopes (2009: 2), a conexão explicitada por *porque* envolve não uma relação entre duas situações do mundo sociofísico, mas antes uma relação entre uma asserção com valor de premissa e uma asserção com valor de conclusão, sendo parafraseável por *O facto de as luzes estarem acesas leva-me a concluir/a afirmar que está alguém em casa*. Esta relação tem também sido designada de *causal de dicto*.

⁹⁸ Os planos ideacional e interpessoal da significação não são, obviamente, independentes. A divisão entre relações de ordem semântica e relações de ordem pragmática apenas pretende evidenciar o domínio de significação mais relevante para uma determinada conexão discursiva.

4. Síntese

Como procurámos demonstrar, entre as múltiplas razões que podem levar à refutação de um determinado enunciado, o valor de verdade do seu conteúdo proposicional será certamente um aspeto importante. No entanto, tal não é incompatível com a defesa de que esta é, antes de mais, uma relação que se estabelece ao nível pragmático e não ao nível semântico. De facto, independentemente dos aspetos que podem estar na base da sua ocorrência, esta é uma relação entre atos ilocutórios e não entre conteúdos proposicionais.

157

5. Referências

- Carston, Robyn (1996). Metalinguistic negation and echoic use. *Journal of Pragmatics* 35, 309-330.
- Ducrot, Oswald (1972). *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann.
- Ducrot, Oswald (1973). *La preuve et le dire*. Paris: Mame.
- Frege, Friederich Gottlob (1970 [1892]). On sense and reference. In: Peter Geach e Mark Black (eds.). *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Basil Blackwell, 56-78.
- Geurts, Bart (1998). The mechanisms of denial. *Language* 74, 274-307.
- Horn, Laurence R. (1985) Metalinguistic Negation and Pragmatic Ambiguity. *Language* 61:1, 121-174.
- Horn, Laurence R. (1989). *A Natural History of Negation*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Horn, Laurence R. (1992). The said and the unsaid. *Semantics and Linguistic Theory (SALT)* II. Ithaca: Cornell University, 163-192.
- Horn, Laurence R. (2002). Assertoric inertia and NPI licensing. In *Papers from the Chicago Linguistic Society* 38(2), 55-82.
- Kehler, Andrew (2002). *Coherence, Reference, and the Theory of Grammar*. Stanford: CSLI Publications.
- Levinson, Stephen C. (2000). *Presumptive Meanings: The Theory of Generalized Conversational Implicature*. Cambridge: MIT Press.
- Lopes, Ana C. M. Lopes (2009) Justification: A coherence relation. *Pragmatics*, 19:2, 241-252.
- Mann, W. C. & Thompson, S. A. (1988). Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization. *Text*, 8:3, 243-281.
- Moeschler, Jacques (1982). *Dire et Contredire – Pragmatique de la négation et acte de réfutation dans la conversation*. Berne: Peter Lang.
- Russell, Bertrand (1905). On Denoting. *Mind*, 14. Oxford: Oxford University Press, 479-493.
- Sanders, Ted (1997). Semantic and pragmatic sources of coherence: on the categorization of coherence relations in context. *Discourse Processes* 24, 119-147.
- Schwenter, Scott (2000). Viewpoints and polysemy: linking adversative and causal meanings of discourse markers. In: Elizabeth Couper-Kuhlen & Bernd Kortmann (eds.). *Cause, Condition, Concession, Contrast: Cognitive and Discourse Perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 257-281.
- Van der Sandt, Rob (1991). Denial. *Papers from the Chicago Linguistic Society* 27(2), 331-344.
- Yoshimura, Akiko (2002). A cognitive-pragmatic approach to metalinguistic negation. *Proceedings of the Sophia Symposium on Negation*. Sophia: Sophia Linguistic Institute for International Communication, 113-132.